

Estudo Técnico Preliminar - 24/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 08797.000329/2022-87

2. Descrição da necessidade

A Constituição Federal de 1988, no inciso III, § 1º do art. 144, define como uma das atribuições da Polícia Federal a de "exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras". O cumprimento desta competência envolve, dentre outras atividades, o controle e a expedição do documento de viagem - passaporte, em todo o território nacional, conforme regulamenta o art. 5º, Anexo, do Decreto 5.978/2006, alterado pelo Decreto 8.374/2014.

O Decreto 1.983 de 14/08/1996 instituiu o projeto do governo brasileiro intitulado PROMASP (Programa para Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro). Tal programa somente foi viabilizado a partir do ano de 2006 por meio de uma parceria entre a Polícia Federal, o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e a Casa da Moeda do Brasil.

A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integrada das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e eficiente, obter melhor emprego de seus escassos recursos, visando atingir a eficácia e a eficiência de suas ações. Tal missão é desafiadora, e, por muitas vezes, não é possível de ser cumprida a contento, em razão da ausência de uma estrutura específica para a execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso do serviço terceirizado que se pretende licitar.

Ademais, observa-se que a terceirização envolve estritamente as atividades de cargos extintos. As disposições contidas na Lei nº9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação de atividades correspondentes será mediante a execução indireta.

O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal. Os serviços que se pretende contratar não se enquadram nas proibições do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

A Administração privilegiará, na presente contratação, a adoção por parte da Contratada de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, bem como o

atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, e serão requeridas práticas de gestão da contratada que garantam os direitos civis e trabalhistas além do atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho a seus empregados.

O serviço de terceirização a ser contratado se enquadra como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Diante do exposto, justifica-se plenamente a necessidade de licitação para a contratação dos serviços e quantitativos descritos.

A principal missão das atividades de apoio é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e eficaz. Para atingir tal objetivo junto às atribuições finalísticas, os órgãos da administração Pública vêm buscando, de forma sistemática, empregar melhor seus recursos para atingir a eficiência plena de suas ações. Tal tarefa tem se tornado de difícil cumprimento pela falta de uma estrutura que execute atividades que, embora auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento do órgão.

Buscando o cumprimento aos princípios da eficiência e efetividade, com alta produtividade, agilidade, qualidade, responsabilidade e segurança, temos que a terceirização dos serviços que ora se propõe é o meio mais adequado para a satisfação do interesse público.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|------------------------------------|
| DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL - DPF/CZS/AC | ANA CAROLINA SILVA DOMINGUES PALTE |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme dispõe edital da licitação, será necessário que a contratada apresente comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a respeito de contratos já concluídos ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, assim como apresentar regularidade nos cadastros SICAF, CEIS, CNJ e TCU.

Experiência Mínima de 03 (três) anos do prestador de serviço contratado.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em

conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado será realizado através de consulta a empresas na própria localidade ou em localidade próxima com a devida expertise para os serviços descritos no presente processo.

Na contratação atual, o procedimento licitatório necessitou de um levantamento para atribuir o salário base do Marinheiro Fluvial que será utilizado, em virtude desta categoria não possuir, à época, nenhum Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva no Estado do Acre que definisse este teto. Portanto, se faz necessário levantamento do salário base desta categoria.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de Marinheiro fluvial (barqueiro) visando atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul (CZS/PF/AC).

Trata-se de contratação absolutamente essencial, cujos serviços a serem prestados pela Contratada contribuirão para a correta observância da lei, trazendo benefícios diretos à Administração, possibilitando o cumprimento de ônus legal decorrente do remanejamento do seu quadro de servidores cuja finalidade precípua é a garantia do melhor desempenho de suas atividades onde seja imprescindível reforço do efetivo ou presença justificada de servidores necessários ao cumprimento e aperfeiçoamento da missão do órgão nas mais diferentes localidades. Além disso, a contratação suprirá eventuais necessidades de realocação de bens de propriedade do Órgão entre suas unidades, para o melhor cumprimento de sua missão.

Dessa forma, a solução escolhida atende plenamente as necessidades do órgão estabelecidos nos estudos preliminares, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades de demanda da Polícia Federal, por meio de aferição de resultados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

(01) posto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 42.751,08

Foi realizado primeiramente pesquisa de mercado para se estipular o salário base da categoria já que ela não possui CCT ou ACT vigente.

Portanto, realizamos pesquisas de mercado (SEI 23360285) e chegamos a um salário base definido em **R\$ 1.450,67**, conforme Mapa SEI 23387854.

Após procedeu-se a pesquisa de preços diretamente com as empresas. Recebemos propostas de 1 (uma) empresa, conforme documento Pesquisa de Preços Empresa + Órgãos (AC e AM) (SEI 23810686), estando esta dentro dos padrões descritos no Termo de Referência, acompanhadas de planilha de custos e formação de preços, datadas, assinadas e finalizadas com a solicitação formal enviada pelo e-mail oficial deste setor.

Cabe ressaltar que as planilhas de custos e formação de preços enviadas pelas empresas já estão formatadas de acordo com a IN nº 05/2017 e foram conferidas com a planilha montada por este setor, estando os preços de acordo com o previsto para contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento da solução, visto que se trata da contratação de apenas um barqueiro.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Existe atualmente o Contrato nº 16/2020 para contratação deste serviço, no entanto, em razão de pedido de rescisão contratual apresentada pela empresa contratada para a prestação de serviços continuados de marinheiro fluvial (barqueiro), conforme consta no Processo SEI 08220.002309 /2020-11, opta-se pela realização de novo procedimento licitatório, para que as atividades de polícia marítima (atribuição da PF consoante a Constituição Federal) não sejam prejudicadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A importância de fazer o planejamento dada a necessidade da contratação, a fim de evitar a interrupção dos serviços marítimos prestados no GEPOM da DPF/CZS/AC e o consequente prejuízo ao andamento dos trabalhos desempenhados no Órgão, levando-se em consideração toda a circunscrição que somente é possível realizar o deslocamento por modais fluviais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta Equipe de Planejamento considera que é dever do Gestor Público promover uma contratação eficiente e eficaz, viabilizando o atingimento das atividades que são vinculadas a

área fim dos Órgãos. Assim, uma boa contratação é aquela que atinge os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, impessoalidade, transparência, igualdade, dentre outros. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos nos órgãos participantes para a execução dos serviços em análise, o que impede o melhor aproveitamento de recursos humanos existentes.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de serviço que vem sendo prestado há anos, não há necessidade de adequação do ambiente, igualmente, não se vislumbra a necessidade de treinamento específico para a fiscalização destes contratos, pelos mesmos motivos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Será incluído no Termo de Referência- Critérios e práticas de Sustentabilidade a serem observados pela Contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios área requisitante pretendidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a contratação proposta.

16. Responsáveis

DIOGENES RODRIGUES DOS SANTOS

Membro da CPL

FILIPPE PADILHA BEZERRA COELHO

NAD/DPF/CZS/AC